

# O SIMBOLISMO HISTÓRICO NA TRASLADAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS DE D. PEDRO I

Gen ANTONIO JORGE CORREIA

## 1. A TRASLADAÇÃO

Como ponto culminante nas comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, insere-se a trasladação dos restos mortais do Imperador D. Pedro I de Lisboa para São Paulo.

A Mãe-Pátria portuguesa da época colonial e do reinado, hoje transformada em irmã consangüinea da nação brasileira, cedeu-nos em gesto esplêndido os despojos daquele que também foi seu Rei e que tão bem soube dividir afetos e lealdade pelas duas pátrias, desligadas por ele em 1822.

A noite de 13 de agosto de 1971 tornou-se particularmente grata quando o Presidente Médici anunciou ao povo brasileiro haver Portugal atendido ao pedido deste último de confiar-lhe os restos de D. Pedro. O próprio Presidente Américo Deus Rodrigues Thomaz acompanharia o corpo do querido Bragança que regressava à nação de que fora primeiro soberano e erigira em Império.

O ato da trasladação é o simbolismo visível do símbolo maior de Pedro como sincero cidadão das duas pátrias. Cedendo a guarda dos despojos, o povo português assim atendeu ao anseio histórico do Brasil de guardar em sua terra o primeiro Pedro, "pai e amigo da pátria adotiva", no seu próprio dizer. O Panteão de São Vicente, em Lisboa, fica incompleto e empobrecido, mas o Ipiranga, o novo repositório, guardará em plenitude espiritual aquele que sendo bom português se sabia brasileiro e brasileiro queria ser. O corpo no Brasil, o coração em Portugal, é a última mensagem do Imperador e Rei de louvor à unidade indestrutível de seus dois povos queridos.

## 2. O MES DE ABRIL

Prenhe também de simbolismo é o mês de abril, em que apartará ao Rio de Janeiro o navio Funchal que conduz os restos imperiais. Ele faz recordar que na turbulenta década iniciada em 1821, em consequência da triunfante revolução constitucionalista portu-



guesa de 1820, ocorreram em meses de abril fatos marcantes e decisivos que geraram outras tantas conseqüências próprias àquela época de profundos antagonismos e incertezas. Era o tempo das idéias liberais, surgidas do bojo da revolução francesa e triunfantes no continente norte-americano, que se propagavam pela Europa e América e se esbatiam no absolutismo monárquico instaurado através do Congresso de Viena. Já a corte portuguesa se transferira para o Rio de Janeiro por força dos movimentos napoleônicos e ascendera ao trono português D. João VI por morte de sua mãe, D. Maria I. O jovem D. Pedro, Príncipe da Beira, passara a Príncipe Real, primeiro herdeiro do trono do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve e, com a partida de D. João VI para Portugal, a regente e lugar-tenente do monarca, encarregado da administração e do governo-geral do Reino do Brasil. Deste modo, na data do embarque a 26 de abril de 1821, o Rei D. João erigia o Brasil a Reino em paridade com o de Portugal, já no zelo de quem não queria ver desmembrada em províncias autónomas a terra brasileira.

As Cortes liberais desdobravam-se, porém, em atos de governo, no lado português, pela primazia constitucional que possuíam sobre o Rei. Repercutia no Brasil a tendência das Cortes de tratar individualmente com as Juntas Governativas das províncias sendo que a do Pará já se transformara em província ultramarina. O paulatino enfraquecimento do Rio de Janeiro, ponto central aglutinador para a unidade brasileira, inquietava tanto ao regente como aos povos. A extinção do governo central com ordem para D. Pedro regressar a Portugal provocou o "Fico" do regente e a adoção de medidas centralizadoras. Para vencer a insubordinação da Junta Governativa, viaja D. Pedro a Minas Gerais recebido entusiasmamente pelo povo. Mais uma vez um fato histórico de transcendente amplitude para a unidade nacional realizara-se no mês de abril, no dia 21, no ano de 1822, pois Vila Rica estava pacificada.

A morte de D. João VI, ocorrida em março de 1826 mas conhecida no Brasil a 24 de abril, acarretou sérias conseqüências pois que embora em breves dias o já D. Pedro IV de Portugal abdicasse da coroa em favor de sua filha Maria da Glória, desligando-se do Reino do ponto de vista dinástico e político, subsistia nele o pal da rainha. E os deveres de pai protetor o levariam a empenhar-se nesse papel a ponto de parecer menos atento aos interesses do Brasil. Devido a isso, a morte de D. João VI pode ser dita ter constituído uma causa remota da abdicação do Imperador.

Esta, assim como a regência de 1821 e o passamento de D. João, ocorreu também em abril (7 de abril de 1831), na pessoa do Príncipe Real D. Pedro de Alcântara, infante ainda, cuja tutoria foi confiada a José Bonifácio e que seria mais tarde coroado como Pedro II. Devido à abdicação partiu Pedro I a 13 de abril, "pai e amigo de



sua pátria adotiva e de todos os brasileiros" por cujo amor para sempre soubera abandonar duas coroas, mas, assim mesmo, predestinado a representar em sua outra pátria um drama histórico heróico e pungente.

### 3. O PALÁCIO DE SÃO CRISTÓVÃO

Após a entrega solene pelo Chefe do Governo Português das cinzas do nosso Imperador, precedida no ato pela escolta conjunta de navios portugueses e brasileiros da terra lusitana à brasiliana terra e pela continência orgulhosa das forças militares, serão elas levadas, sob a guarda dos Dragões da Independência, para o Paço de São Cristóvão, onde a juventude e os portugueses residentes no Brasil as irão saudar antes de visitadas pelo povo em procissão.

O vetusto palácio da Quinta da Boa Vista foi testemunha silente dos aspectos humanos mais íntimos da família real e imperial a partir de D. Maria I até seu neto Pedro II. Assistiu à infância e adolescência de Pedro, que na sombra das árvores e dos bosques daquela chácara abraçava-se a cada dia na liberdade dos gestos e no convívio com os naturais. A compleição robusta e vibrátil adestrava-se nas cavalgadas e passeios a pé e nas corridas de carro no mesmo passo que o espírito alargava-se de experiências nas conversas das cavalaria e sob o calor das forjas. A educação do príncipe suplementava-se, assim, liberto das pelias que a natureza ainda intocada do País tão pouco favorecia.

São Cristóvão e Santa Cruz eram-lhe os locais preferidos pela ausência das limitações que os sítios das ilhas do Governador e Paquetá ensejavam. O jovem ardoroso requeria espaço, convivência com a humanidade simplória da terra, senhora daquelas artes e ofícios elementares que se não acrescentavam à educação formal do príncipe, aculturavam-lhe a personalidade na predisposição a amar o povo do qual seria Imperador.

Foi na Boa Vista o lar matrimonial de D. Pedro com a arquiduchessa Leopoldina, Imperatriz ou Dona Leopoldina para os brasileiros; ali deu ela à luz os seus filhos entre os quais o segundo Imperador. Foi também lar conjugal do segundo matrimônio, e com Dona Amélia, como diziam os jornais, estava bem casado e gozava das delícias da vida doméstica.

Todavia, se o Palácio de São Cristóvão assistiu a vida íntima de D. Pedro e de sua família durante vinte e três anos que medearam entre a chegada de D. João VI e a abdicação de Pedro I, assim também refletiram-se nele as crises políticas do tempo e muitas vezes foi o palco dos seus dramas. De 13 de fevereiro a 26 de abril de 1821 o paço testemunhou a adoção da Constituição portuguesa e os percalços que culminaram na partida do rei D. João para Portugal; nos tumultuosos dias que precederam o "Fico", serviu de santuário a



D. Pedro, quando este com bravura se portou face a sublevação contra o ato regencial; acolheu as emoções do Príncipe ao receber o título de Defensor Perpétuo do Brasil; os seus paroxismos e ansiedades nos meses que precederam a independência; viu a glória da aclamação do fundador do Império, as crises da constituinte e a outorga da constituição imperial; pôs-se de luto com a morte de D. João VI e a da sua castelã, D. Leopoldina; presenciou Pedro IV abdicar do trono de Portugal na escolha entre o Império do Brasil e o Reino português; acompanhou a crise política entre a vontade do Imperador e a avalanche liberal; e, ao final dela, recebeu o adeus de D. Pedro na triste manhã de 7 de abril em que se ausentava para não mais retornar.

#### 4. OS POVOS DO IMPÉRIO

Consta ainda das comemorações do Sesquicentenário, a ida dos restos mortais do Imperador a algumas capitais de Estados para receberem a consagração presencial de todo o povo brasileiro. Em setembro serão levados para São Paulo onde ocorrerão as solenidades máximas em sua honra antes de recolhidos ao Pantheon para repousarem definitivamente no mesmo local em que, com seu gesto, criou D. Pedro o Império do Brasil.

Essa peregrinação cívica faz-me retornar à época dos movimentos nativistas e dos pródromos da Independência na qual, embora o país já assumisse características peculiares bem diferentes das de Portugal, a unidade brasileira não estava assegurada.

Aspiração nacional havia, do Amazonas ao Prata, mas de realização dificultada pelas precárias comunicações e os interesses da metrópole, que se sobrepunham aos da nova terra. A penetração das idéias liberais no espírito dos brasileiros chegava a ameaçar a ânsia da unidade no mesmo passo em que se chocavam as facções centralistas e autonomistas nas Cortes portuguesas. Pará e Bahia chegaram a jurar a Constituição de Portugal, cada qual fazendo o seu próprio juramento.

Não resta dúvida da importância de D. Pedro como o principal elemento catalisador da unidade nacional opondo-se à política descentralizadora das Cortes que culminou com a extinção do Governo Geral do Brasil. A altiva decisão do "Fico" e as medidas de centralização nacional que se seguiram, recebiam entretanto os aplausos dos povos do Brasil muitas vezes com a contraposição das Juntas Governativas.

Esses antagonismos meramente políticos, que jamais desmereceram o continuado respeito e amizade dos brasileiros para com os portugueses, acarretaram a expansão da idéia de independência e provocaram medidas dos representantes brasileiros nas Cortes portuguesas conducentes ao governo autônomo do Reino do Brasil. Destacavam-se entre eles os paulistas, mineiros e fluminenses.



Tão marcante foi a influência de Pedro nos acontecimentos que precederam imediatamente e nos que se seguiram à Independência, que recebeu, em maio de 1822, o título de Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil, cavalheirescamente limitado por ele para o de Defensor Perpétuo.

Após a Independência, os povos do Império do Brasil, distribuídos por dezenove províncias, logo exigiram Pedro imperador reconhecendo-lhe a dedicação e os devotados serviços. Com ele anteviam resguardada a unidade do imenso país sob a ameaça das tendências particulares que poderiam surgir em províncias tão distantes e mal ajustadas entre si. Era o consenso geral em torno do jovem herói, a "aclamação unânime dos povos" tão inequivocamente escolhido por eles que as Câmaras provinciais apenas a ratificaram. Acrescia a isto legitimidade do ato da Independência que não fora proclamada por qualquer aventureiro adventício, mas por um príncipe que, além do consentimento unânime dos povos, possuía direito hereditário sobre o Império como filho do Rei de Portugal, Brasil e Algarve. A independência fora um fato dentro do fenômeno histórico da dinastia dos Bragança. E os povos assim o reconheciam sentindo no âmago a exclamação de José Bonifácio ainda em 1819: "Que país, esse, senhores, para uma nova civilização e novo assento das ciências! Que terra para um grande e vasto Império!".

É assim que a visitação dos restos mortais de D. Pedro I aos pujantes Estados de hoje, antigas províncias do Império, reveste-se do magnífico simbolismo da reunião de D. Pedro I com os seus povos, cento e cinquenta anos depois. Que as gerações atuais compreendam e meçam o caminho percorrido pelo Brasil da época da Independência aos dias de hoje justificando no tempo a existência deste povo independente.

## 5. CONCLUSÃO

Procurei neste trabalho unir o passado com o presente, ao ensejo das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil. No caminho sem fim que conduz à perpetuidade da pátria é mister que saibamos venerar nossos pósteros, que viveram submetidos a diferentes situações, errando e acertando nos seus atos mas que, não obstante, lutaram pelos mesmos básicos ideais que nós hoje perseguimos.

O simbolismo na trasladação dos restos de D. Pedro I estará presente no sentir do povo que, homenageando o imperador brasileiro, não esquece de honrar o rei português cidadão das duas pátrias, cujo papel histórico, desempenhado em ambas num tempo de profundas contradições políticas, vem revestido daquele amor que sendo único, repartiu-se pelo império e pelo reino na coerência dos atos e na constância dos sentimentos.